

Palestra proferida pelo Dr. Olavo em 05-5-81, nas Faculdades São Judas Tadeu, sobre o tema "Economia e Política.

Caros estudantes,

Prezados professores,

Meus amigos.

Eu não posso deixar de reconhecer, inicialmente, o quanto me agrada vir a uma reunião como esta. Pois, nestes dias tensos e conturbados, a política tem aproximado todos os brasileiros, possibilitando saudáveis debates sobre nossos problemas e sobre o tipo de sociedade que nos esforçamos por construir.

Pediram-me vocês que, em virtude dos dilemas da abertura numa conjuntura econômica difícil, eu fizesse uma conferência sobre "economia política". No início, confesso que considerei o tema um pouco amplo e vago. Depois, pensando melhor, descobri que havia sido levado a uma dessas ironias do destino.

Afinal, neste momento em que a inflação e o desemprego são os aspectos mais importantes da crise brasileira, o mundo comemora o 35º aniversário da morte de um homem que demoliu os preceitos envelhecidos das ortodoxias econômicas e contribuiu para a compreensão dos movimentos de produção, renda, investimentos, emprego e formação dos preços na economia.

Refiro-me, evidentemente, a John Maynard Keynes. Sim, ao fleugmático economista britânico que, na primeira metade deste século, pro-

vocou uma revolução no pensamento econômico, acusando as doutrinas clássicas de não fornecer respostas para os males que afligiam as economias capitalistas durante a depressão da década de trinta.

O mesmo Keynes que também denunciou a incapacidade do Estado liberal ortodoxo em assegurar pleno emprego e distribuição equitativa da riqueza e da renda. O mesmo Keynes que, defendendo o direito à livre iniciativa, ao mesmo tempo reivindicava para o Estado uma função reguladora e diretiva a partir de efetivos instrumentos de política econômica.

É verdade que este não é o local exato para comentarmos a revolução keynesiana. Mas não deixa de ser curiosa a possibilidade de vincular suas idéias com a realidade brasileira.

De um lado, porque vivemos uma situação em que a ameaça de desemprego em massa não traduz apenas uma retração dos investimentos e uma redução de nosso ritmo de crescimento. Ela envolve, igualmente, a persistência de fortes pressões inflacionárias e o risco de um colapso das contas externas.

De outro, porque o atual Estado brasileiro é oposto àquele imaginado por Keynes, na medida em que não tem sido capaz nem de fixar prioridades nem de definir os instrumentos adequados para realizá-las. Sem base popular, sem legítima sustentação legislativa e sem coesão estratégica dos próprios dirigentes, nosso Estado revela-se hesitante entre as

ambições de longo prazo e as imposições de caráter conjuntural.

Basta ver, nesse sentido, dois exemplos. Em termos de estratégia gerencial, nossos dirigentes optaram pela tática da "administração por crises". À semelhança de um corpo de bombeiros, sempre a postos para o próximo incêndio, nosso comando político-econômico vai agindo conforme as circunstâncias, paliativamente, sem saber reverter expectativas e resolver dificuldades.

Em termos de liderança e firmeza, nosso Estado sequer controla a si próprio. Mesmo porque as empresas estatais continuam resistindo à fixação dos seus limites máximos de investimento. Assim, de um lado frustram os esforços das autoridades em racionalizar nossos instrumentos de política-econômica. De outro, contribuem para a dispersão de recursos escassos na realização simultânea de obras grandiosas, da prioridade discutível e longa maturação.

Meus amigos.

Diante desses dois exemplos, impõe-se agora a necessidade de enfocarmos nossos problemas segundo uma óptica mais complexa. Pois, face à ineficácia de nossas instituições no encaminhamento dos conflitos e das pressões, vão surgindo fatores de urgência e risco. Fatores esses situados para além do âmbito dos problemas puramente econômicos.

Vejam, como ilustração, o que vem acontecendo com a indústria automobilística. De um lado, há o fato concreto do desemprego na re -

gião do ABC e a possibilidade de que as dispensas continuem. De outro, há uma fábrica atravessando um momento ingrato. Entre a empresa e os trabalhadores, há um governo que ora interfere de modo conciliatório, mas sem nada de concreto para oferecer; ora lava suas mãos, sugerindo que as partes componham elas próprias seus interesses; ora manifesta seu desconhecimento das leis econômicas, pedindo renúncia aos lucros, e um aumento de produção baseado em novos investimentos como se a iniciativa privada tivesse capacidade emissora.

Este é um problema delicado. Mas, se observarmos com serenidade, certamente veremos que ele é uma espécie de um imenso iceberg. Pois seus aspectos e seus desdobramentos são inúmeros.

Em primeiro lugar, porque a crise da indústria automobilística não é só da Volkswagen, nem só do Brasil, mas de alcance mundial. As exportações japonesas para os Estados Unidos estão caindo para 1,4 milhões de veículos, enquanto a Alemanha vai tendo de ampliar sua ofensiva no mercado internacional para compensar a contração do mercado interno. Mesmo nos Estados Unidos, uma das três principais montadoras praticamente está à beira de um colapso.

Em segundo lugar, porque nem a demissão pura e simples de meta-lúrgicos nem a concessão de novos favores governamentais às grandes fábricas irá resolver essa crise. Afinal, ela tem um caráter profundamente estrutural, decorrente de um padrão de desenvolvimento econômico equi-

vocado e desequilibrado.

Equivocado, porque nossa industrialização nos levou a produzir bens de consumo durável antes de produzir matérias primas e insumos básicos. Alimentou, assim, um modelo industrial e urbano injusto, artificial e fadado a crises sucessivas. Exemplo disso é o significativo crescimento acumulado da indústria automobilística entre 1968 e 1973, a taxas anuais de 20%, sem que tivéssemos petróleo para movimentar nossa imensa frota de carros a passeio.

Desequilibrado, porque o intenso desenvolvimento industrial não foi acompanhado por um proporcional desenvolvimento agrícola. Nos últimos dez anos, enquanto nossa agricultura cresceu a uma taxa média de apenas 3,4%, nossa indústria expandiu-se a uma taxa de 9%. Em termos meramente quantitativos, não há dúvida de que o país ficou mais rico.

Em termos qualitativos, porém, esse desenvolvimento desequilibrado revelou-se desastroso. De um lado, não conseguiu reter o homem no campo de deter as migrações internas. De outro, não foi capaz de criar uma sólida estrutura de emprego, embora tenha estimulado em todos a ilusão do consumismo, da satisfação pessoal e do bem-estar. O resultado dessa situação é a miséria e a marginalidade das grandes cidades, nas quais a tensão social vai chegando a limites verdadeiramente insuportáveis.

Por isso mesmo, hoje temos uma sociedade altamente estratificada e dividida. Somos cerca de 120 milhões de brasileiros, mas nossa for

ça de trabalho mal ultrapassa a casa dos 40 milhões. E se considerarmos os inativos, os aposentados e a faixa etária até 14 anos, veremos que há 80 milhões de brasileiros economicamente não ativos.

Se nos aprofundarmos nesses dados, veremos que os números são ainda mais assustadores e inquietantes. Da população economicamente ativa, que se constitui em apenas um terço da população total, a maioria absoluta ganha até três salários mínimos, como mostrou a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio de 1977. No mesmo sentido, da população economicamente inativa, metade está completamente à margem do consumo. Isto é: na carência absoluta.

Meus caros estudantes.

A simples enunciação de algumas das facetas do iceberg a que me referi nos leva de volta a Keynes. Não, evidentemente, a uma defesa candente de suas teses ou a uma reatualização de seu pensamento. Mas, isto sim, à visão que tinha do Estado e de suas funções regulatórias e diretivas.

O que quero dizer, em outras palavras, é simples. Se a nossa situação sócio-econômica é grave, em grande parte ela se deve a um Estado que, ao longo de sua história, nem sempre representou os interesses da sociedade. Um Estado que, ora manipulado pelos tecnocratas, ora envolvido por oligarquias esclerosadas e políticos inescrupulosos, jamais teve o sentido da prioridade e da urgência.

Basta ver que nunca tivemos um planejamento democrático eficaz e responsável. Basta ver, igualmente, os diferentes sentidos que a própria idéia de desenvolvimento alcançou entre nós.

Nos anos 50, por exemplo, desenvolver era sinônimo de industrializar-se a qualquer preço. Naquele tempo, desprezou-se nosso potencial hidroelétrico sem se perceber que, um dia, o custo do petróleo poderia converter em pesadelo o romântico sonho da industrialização em torno da indústria automobilística.

Nos anos 60, desenvolver era ampliar nossa infra-estrutura. Contudo, também aí cometeu-se o erro de relegar a segundo plano a responsabilidade pela definição de competências entre os setores público e privado, motivo pelo qual o Estado tornou-se um Leviatã pesado e mal administrado.

Não me refiro, apenas, à desordenada estatização na produção de bens e serviços. Mas, igualmente, ao alto grau de indexação da economia e ao excesso de regulamentações administrativas. E, a um ponto tal, que o Estado, além de ter ocupado um espaço crescente na economia, passou a favorecer suas empresas por normas por ele mesmo fixadas.

Por isso mesmo, o desemprego de hoje e o impasse de uma importante fábrica com o governo têm raízes históricas. Ou seja: estão vinculados à ambiguidade da idéia de desenvolvimento, à ilegitimidade do tipo de planejamento adotado e às distorções promovidas por nossos tecnocratas.

Distorções que envolvem nossa formação agrária, subutilizando mão de obra, apesar da enorme disponibilidade de terras aproveitáveis. Distorções que mostram nossa insuficiência em desenvolvimento tecnológico, na medida em que importamos tecnologia de economias onde a força de trabalho sempre foi escassa. Distorções que revelam como a expansão dos empregos produtivos foi comprometida por desperdícios em obras inúteis e em bens desnecessários, para os quais muitos segmentos de nossa população sequer estavam preparados para consumir.

Meus jovens,

Imagino que não deve ser fácil aceitar esse quadro de injustiça social e de problemas econômicos. Mesmo porque ele começou a ser traçado quando muitos de vocês sequer eram nascidos.

No entanto, chegou a hora de mudar. Não, evidentemente, por intermédio de estereis soluções radicais ou revolucionárias. Pois elas também costumam desprezar a participação política, os canais de representação e a opinião popular. Mas, isto sim, mediante a mobilização de nossa sociedade para uma profunda reforma de nossas instituições.

Não estou dizendo que o simples acréscimo de representatividade irá, por si só, resolver nossos problemas. Mas estou afirmando que se a sociedade não participar da discussão em torno dos segmentos a serem mais afetados pela distribuição de encargos e sacrifícios, tudo ficará ainda mais difícil.



Por isso mesmo, as novas regras do jogo partidário e econômico não podem ser redigidas nos quartos-escuros dos tecnocratas travestidos de legisladores. Se todos, Estado e sociedade, almejam uma ordem estável, não podem permitir que a distensão política seja comprometida pelo fechamento econômico.

Enfim, meus jovens, vivemos um momento de transição. Um momento de olhar criticamente o passado para construir o amanhã. Um momento de transformar o presente na argamassa de um futuro mais saudável. Um momento de fazer história para dela extrair lições e conclusões que previnam erros. Em suma, um momento de construir uma ponte sobre o abismo que foi criado entre o homem de hoje e o país do futuro.

Ao terminar, peço desculpas pelo tempo que roubei. Se avancei na hora, é porque estou consciente de que nossas inquietações se prendem à forma pela qual conseguiremos reformar as instituições para que, assim, possam responder democraticamente aos desafios do momento.

Muito obrigado.